

DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>



Academia Portuguesa de História I (1936 – 1974)

Com uma história interrompida ao longo de cento e cinquenta anos, renascia das cinzas, a 19 de Maio de 1936, a Real Academia da História Portuguesa, sob a designação de Academia Portuguesa da História. A partir de 18 de Março de 1937 a Academia Portuguesa da História assumia a missão primeira a que foi chamada, que o mesmo é dizer, colaborar nas comemorações do Duplo Centenário, de acordo com a “... notabilíssima nota oficiosa de Sua Excelência o Presidente do Conselho, que determina, num admirável programa, a dupla Comemoração Centenária da Fundação e Restauração da Nacionalidade (1939-1940)”. Com efeito, quando o artº. 39 do Título V do *Regimento da Junta Nacional da Educação*, contido no Decreto 26.611 do Ministério da Educação Nacional, publicado na I série do D.G. nº. 116, de 19 de Maio de 1936, fundava a Academia Portuguesa da História, pensava-se na decisiva importância da Instituição para o projecto comemorativo. A inauguração da Academia renascida foi marcada para 1 de Dezembro do mesmo ano. Porém, foi adiada para o ano seguinte, vindo os respectivos estatutos a ser publicados pelo decreto 27.913 do mesmo Ministério, inserido na I série do D.G. nº. 177, de 31 de Julho de 1937. Haviam sido elaborados, tendo em conta “... a organização da Academia Real da História Portuguesa, fundada por El-Rei o Senhor D. João V...”. Essa mesma filiação era assumida pelo primeiro Presidente, Doutor António de Vasconcelos, que afirmava no discurso 2 de Abril de 1938, “... A Academia Portuguesa da História, nascendo agora, vem entroncar as tradições gloriosas da sua predecessora, a Academia Real da História Portuguesa, que no século XVIII surgiu numa época interessantíssima, animada e protegida pela acção dedicada e eficaz do grande rei D. João V... Tudo nos leva a esperar que a actual Academia Portuguesa da História, começando a sua vida com entusiasmo, vigor e eficiência, não inferior à que animou os primeiros anos da Academia Real da História Portuguesa, e com frutos copiosos que já vamos prevendo prometedores, haja contudo longa vida e preste relevantes serviços a Portugal no presente século e nos seguintes...”.

Para dar corpo àquela instituição, contara o rei com o grande entusiasmo de D. Manuel Caetano de Sousa, religioso Teatino, de vasta cultura histórica, literária e teológica. Com ele estiveram, o Marquês de Alegrete, Fernão Telles da Silva, o Conde da Ericeira, Francisco Xavier de Meneses, o Conde de



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Villamayor, Manuel Teles da Silva, Martinho de Mendonça de Pina e de Proença e também D. António Caetano de Sousa. A fundação ocorreu a 8 de Dezembro de 1720, sendo nomeado como 1.º Director, D. Manoel Caetano de Sousa, e quatro censores: o marquês de Fronteira, o marquês de Abrantes, o marquês de Alegrete e o Conde da Ericeira. O Secretário seria o Conde de Villamayor. A 22 de Dezembro foram apresentados e aprovados os estatutos, divididos em dez capítulos, nos quais, para além da organização e membros, ficava determinado que “A Academia terá selo e empresa... o selo será composto do escudo das Armas Reaes, e debaixo dele a figura do Tempo preso com cadeas, e na circunstancia este titulo: *Sigillum Regiae Academiae Historiae Lusitanae*. A Empresa será o simulacro da Verdade, como a representarão os Antigos, com esta letra: *Restituet omnia*”, Empresa que a Academia Portuguesa da História retomou.

Como principal característica do objectivo que a Real Academia se propunha concretizar esteve a imposição de um o método, sem cuja aplicação o trabalho não seria aceite como científico. Para tanto foi definido como pressuposto à actividade posterior: “ajuntar manuscritos”; “convocar escritores”; obter a protecção do Poder Real, “porque sem elle não se abrem os Archivos, nem se descobre o que nelles está não só recolhido, mas sepultado...”.

Começando pela distribuição de tarefas concretas, seguiu-se a elaboração de um questionário a enviar a Câmaras, Paróquias, Mosteiros e Arquivos, com base em cujas respostas cada académico iria trabalhar. Desse labor daria conta aos restantes pares em reuniões para o efeito programadas. Seguia-se a discussão da problemática e só depois de encontrado um consenso era possível ao autor redigir o seu texto. Este deveria apresentar-se em estilo puro e claro e não seguindo a forma de Anais. A obra deveria dividir-se pelas matérias e só dentro de cada uma se seguiria a ordem cronológica. E, considerando que a “geografia e a cronologia são «os dous olhos da Historia», todos se conformarão com o que for fixado pelos peritos, nas dúvidas relativas à geografia. Para a cronologia seguir-se-á a era de Cristo; a Hégira considera-se em 622; a aclamação de D. Afonso Henriques em 1139; a lei de D. João I para utilização da era de Cristo, em 1422”. Finalmente, as descrições das cidades, vilas e outros lugares seriam feitas assim: na história eclesiástica “se hão de descrever no estado em que de presente estão... nas memórias seculares se tratará do lugar que descreve, como estava no tempo, em que refere os sucessos...”. O título de cada um dos trabalhos seria: *Memoria para a Historia Ecclesiastica de Portugal do Arcebispado de &c*. Na secular: *Memorias para a Historia de Portugal que compreendem o Governo de....do anno de....até o anno de....dedicadas a El-Rey D. João V, nosso Senhor, aprovadas pela Academia Real da Historia Portuguesa, escritas pelo Academico F...*. O esquema final das obras de conjunto a elaborar - *Historia Ecclesiastica destes Reynos, e depois tudo o que pertencer a toda a Historia delles, e de suas conquistas* - seria o seguinte: Dedicatória ao rei; Prólogo, onde se explicará “tudo o que for preciso para a intelligencia das Memorias, com a notícia dos livros impressos e manuscritos... lugar, anno e nome do Impressor, e a forma do volume e o numero de paginas que tem”. Segue-se o “index por alfabeto, das abreviaturas dos



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

apelidos, e obras dos autores...”. Vem depois a “Taboa Chronologica”. - A obra será dividida por “Livros, capitulos, paragrafos e numeros, e estes correrão sucessivamente desde o primeiro até o ultimo paragrafo de hum, ou mais volumes...” - Os anos “se hirão apontando nas margens, e nellas irão os authores, livros e documentos alegados...”. - “De huma Historia só se tratarão na outra aquelles sucessos que forem inseparaveis della e nas margens das Memorias Ecclesiasticas se allegarão os Authores das Memorias Seculares, e nestas os das Memorias Ecclesiasticas...”. Todas as dúvidas teológicas ou jurídicas que surgissem seriam comunicadas ao director e censores “... para que as repartão pelos Academicos, que estão destinados para este fim”. Finalmente, dispunha-se: “Não se farão dissertações, ou notas separadas das Memorias no fim dos Livros, e Capítulos, porque no mesmo contexto se hão-de tratar as duvidas, com a liberdade que permite este género de Historia, sem obrigar a quem a lê a que vá buscar a outra parte a resolução das questões”.

Ao longo das posteriores sessões da Academia Real, que sempre contaram com as contribuições dos académicos nomeados, multiplicaram-se as questões, as dúvidas, os esclarecimentos e até os acesos debates. Porém, nenhuma das *Histórias* se completou. Contudo, fique afirmado o muito labor de alguns destes homens, traduzido nas cartas, nos catálogos, nos cadernos de apontamentos, enfim, nos “papéis” entregues para análise aos censores..., a maioria dos quais foram impressos na época. Outros ficaram à espera de posterior tratamento, vindo a ser utilizados quando o Padre Luís Cardoso organizou as chamadas “Memórias Paroquiais”. Seja certo também o crescimento da Instituição, com toda a protecção régia, traduzida em rendas, favores, facilidades, de que são exemplo a livre entrada nos Arquivos ou a entrega à Academia da responsabilidade pela Defesa e Conservação dos Monumentos Antigos. A actividade da Real Academia manteve-se com grande dinamismo por mais de meio século, podendo, no trabalho dos respectivos titulares, buscar-se as bases de uma história científica. E, fundada para escrever a História, a Real Academia haveria de desempenhar também um papel fundamental como editora, com o privilégio de estar isenta de censura externa! O seu último acto público ficou assinalado em 1777, no dia do aniversário da Rainha, quando, como era tradição, fez o discurso oficial diante D. Maria. A partir de então, a sua existência é omissa, sem que, no entanto, tivesse sido extinta.

Papel de igual relevância, sobretudo em matéria de publicações, haveria de ter a Academia Portuguesa da História, sua continuadora, ao renascer das suas cinzas ainda fumegantes. A respectiva Comissão Instaladora, nomeada pelo Ministro da Educação, era assim constituída: Afonso de Dornelas Cisneiros, António Eduardo Simões Baião, António Garcia Ribeiro de Vasconcelos, Caetano Maria de Abreu Beirão, Luiz Teixeira de Sampaio, Manuel Maria Múrias Júnior e Possidónio Mateus Laranjo Coelho. Esta Comissão reuniu cinco vezes, sempre no gabinete do Ministro e sob a sua presidência. Nesses encontros foram tratados diversos assuntos de ordem prática, nomeadamente a hipótese dos académicos a nomear, projecto de insígnias, colar e medalha comemorativa. Cinco meses decorridos sobre o início dos trabalhos,



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

a 22 de Dezembro, o Ministro da Educação, Carneiro Pacheco, nomeava, em cumprimento do artº. 5 dos estatutos da nova Academia, o respectivo Conselho, sendo a publicação feita no D. G. nº. 302, de 28 desse mês. Era constituído por quantos haviam integrado a Comissão Instaladora, mas agora distribuídos por cargos: Presidente: António Garcia Ribeiro de Vasconcelos; Vice-Presidentes: Luiz Teixeira de Sampaio e António Eduardo Simões Baião. Secretário Geral: Afonso de Dornelas; Vice-Secretário Geral: Pedro Tovar de Lemos (Conde de Tovar); Censor: Manuel Maria Múrias Júnior; Revisor paleógrafo: Possidónio Mateus Laranjo Coelho. Em cumprimento do artº. 24 dos mesmos Estatutos, o Ministro nomeava ainda os primeiros vinte e cinco académicos titulares fundadores, que incluíam os nomes eleitos para o Conselho: Abel Fontoura da Costa, Alfredo Pimenta, António Augusto Esteves Mendes Correia, Augusto da Silva Carvalho, Carlos Malheiro Dias, Damião Peres, Fernando Martins de Carvalho, Francisco Rodrigues, Henrique de Campos Ferreira Lima, Joaquim Bensaúde, Jordão Apolinário de Freitas, José Leite de Vasconcelos Pereira de Melo, José Maria de Queiroz Veloso, José Maria Rodrigues, Júlio Dantas, Luís Teixeira de Sampaio, Manuel Paulo Merêa, Marcelo José das Neves Alves Caetano e Reinaldo dos Santos. Posteriormente seriam nomeados: Augusto Botelho da Costa Veiga, Augusto Vieira da Silva, Caetano Beirão, José Justino Teixeira Botelho e Serafim Leite. Também por disposição estatutária, a Academia Portuguesa da História deveria integrar igualmente 10 Académicos de Número brasileiros. Foram, para tanto, nomeados: Afonso Celso de Assis Figueiredo (Conde Afonso Celso) Afonso d'Escagnolle Taunay, Artur Guimarães de Araújo Jorge, Francisco José de Oliveira Viana, Gustavo Barroso, Júlio Afrânio Peixoto, Manuel Cícero Peregrino da Silva, Max Fleiuss, Pedro Calmon Moniz de Bittencourt e Rodolfo Garcia.

Concretizando a missão que lhes foi confiada, logo os académicos se preocuparam com a importância de preparar projectos editoriais, prevendo-se, para debater as hipóteses, uma reunião de toda a Academia da qual resultasse uma proposta de publicações a apresentar e que viria a ser enviada ao Ministério a 26 de Março. Ao mesmo tempo, o Doutor António de Vasconcelos enviava ao Presidente do Conselho o seguinte telegrama: “Felicito V. Exc^a. pela luminosíssima ideia da patriótica celebração solene do centenário da fundação e restauração de Portugal no próximo biénio de 1939-1940, ambos os factos fundidos num mesmo significado da independência nacional. O programa esboçado é grandioso e oportuníssimo, devendo todos os portugueses estreitar fileiras junto do Governo, cooperando, por todas as formas, eficazmente, nesta nova obra vital do Estado Novo. Certíssimo que interpreto o pensar e a vontade dos meus colegas da Academia Portuguesa da História, ousando apresentar a V. Exc^a. as suas congratulações e bons desejos de cooperação, particularmente nas publicações históricas a que alude o programa – *António Ribeiro de Vasconcelos*, Presidente da Academia Portuguesa da História”.

Assim se iniciou a vida da Academia Portuguesa da História, onde, pouco depois, três fundadores foram elevados à categoria de “honorários”: Carlos Malheiro Dias, José Leite de Vasconcelos e José Maria Rodrigues. Foram escolhidos para ocuparem os lugares deixados vagos: David Lopes, Luis Barbosa Xavier



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

da Costa e Rui Pinto de Azevedo. Posteriormente, foram designados os supranumerários nacionais: Aarão Lacerda, Alberto Feio Soares de Azevedo, Alfredo Botelho de Sousa, António Barbosa, António Ferreira de Serpa, Domingos Maurício Gomes dos Santos, Francisco Manuel Alves, Gastão de Melo de Matos, Gustavo Adriano Matos Sequeira, Henrique Quirino da Fonseca, Luiz José de Pina Guimarães, Manuel Heleno, Manuel Lopes de Almeida, Mário Brandão, Mendes dos Remédios e Moisés Bensabat Amzalak. Para idêntica categoria foram escolhidos os seguintes brasileiros: Basílio de Magalhães, Gilberto Freyre, Jónatas Serrano, Roberto Simonsen e Tobias do Rego Monteiro. Nas palavras do Presidente, "... ficando assim completos os quadros de académicos titulares e supranumerários portugueses e brasileiros, entrará com certeza a Academia em trabalho activo para auxiliar o Governo no brilho que deseja dar à dupla comemoração dos Centenários em 1939-1940". Entre as várias propostas de acções comemorativas que foram surgindo, parece de importância destacar a de Afonso de Dornelas, que consistia em "... obter a reprodução de selos existentes nos arquivos e bibliotecas oficiais e particulares..." Sugeriu que, "... imediatamente se estudasse a forma de levar a efeito a organização duma oficina de reprodução... o que foi plenamente aprovado". Em consequência, reuniram-se vontades, viabilizando a hipótese de que "... na comemoração dos Centenários, a Academia pudesse fazer uma exposição de reproduções de selos portugueses desde a fundação da Nacionalidade, pelo menos até D. João IV". A proposta viria a ser aprovada por despacho do ministro, de 9 de Maio, e comunicada à Academia pelo ofício 322 do respectivo gabinete, a 13 de Maio do mesmo ano. O objectivo concretizou-se e a colecção encontra-se, até hoje, na Academia Portuguesa da História. Assim foram trabalhando estes homens de elevada craveira intelectual e saber histórico que, rodeando o Presidente, deram forma ao projecto das comemorações cujo programa específico foi lido, em Maio do mesmo ano, pelo Ministro da Educação, às Academias das Ciências, Belas Artes e História. Esteve presente o Secretário-Geral, Afonso de Dornelas que, em reunião do conselho de 20 desse mês, comunicou aos restantes membros o que nele se pedia à Academia:

"- Publicação monumental da documentação diplomática e iconográfica relativa à fundação da nacionalidade e restauração da independência;

- Estudos histórico-políticos sobre os mesmos factos;
- Estudos arqueológicos e etnográficos que interessem à história da nacionalidade portuguesa;
- Edição popular de uma «História de Portugal», revista".

Entretanto, o Presidente, Doutor António de Vasconcelos, fora nomeado, a 11 de Abril, como membro da Comissão Nacional dos Centenários. Multiplicavam-se também as solicitações à Academia, que se via consultada sobre os mais diversos assuntos (O Banco de Portugal pedia indicações para a "emissão de notas, cujo desenho tenha por motivo pessoa ou factos que de maneira preponderante hajam contribuído para os acontecimentos que vão ser comemorados". O pedido foi posteriormente satisfeito, sendo comunicado por ofício de 6 de Julho do mesmo ano). Enfim, a máquina estava em funcionamento e urgia



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

suportá-la em pessoal de secretaria, capaz e trabalhador. Esse pedido está ilustrado em diversos officios, bem como nos orçamentos, que registam igualmente as verbas necessárias para aquisição de mobiliário. Presente em quase todos os contactos está também a necessidade de encontrar uma sede condigna, objectivo que nem o Doutor António de Vasconcelos e a sua equipa nem os Presidentes seus sucessores lograram ainda concretizar! Mas a maior actividade da Academia foi, sem dúvida, a que se prendeu com as publicações a fazer. Tomando conhecimento da aprovação, pelo Presidente do Conselho, do programa editorial proposto, o conselho académico, reunido em 12 de Agosto, manifestou o seu regozijo, por tal decisão que dava "... à Academia a faculdade de principiar a sua acção com uma série de obras de apreciado valor, deliberando... .. solicitar a colaboração de todos os académicos, convidando-os a elaborarem monografias...". Seria depois aprovado, de acordo com a proposta governamental, que não se fizessem apenas monografias, mas também colecções de fontes e iconografia relativas à História de Portugal. Foi sugerido, para começar, o *Livro das Fortalezas do Reino por Duarte Darmas*, o *Livro do Armeiro-Mor*, e o *Livro da Nobreza por António Godinho*.

Compulsando a correspondência expedida e recebida pela Academia ao longo destes meses, pode ter-se a noção do entusiasmo que estes homens puseram na tarefa. São inúmeras as propostas recebidas e as listas enviadas, para aprovação, ao ministro. Isso mesmo se reflecte nas alterações orçamentais que rapidamente viabilizavam novos montantes. A título de exemplo diga-se que o orçamento aprovado para 1938 consagrava 60 contos para início das publicações, mas esta verba passaria para 150 contos, em 1939. Para coordenar os trabalhos foi proposta e aceite a nomeação de uma comissão executiva que teria 5 vogais e que deveria "... reunir-se sem demora...". Nas palavras do Presidente, "... Bem é que a Comissão fique com poderes para agregar a si qualquer pessoa técnica especializada... Há, sem dúvida, vantagens em estabelecer harmonia entre esta Comissão e a outra, já nomeada para cuidar das restantes publicações. Pode servir de traço de união entre as duas o Secretario Geral... .. No caso de ser aceite esta proposta, ficarão *ipso facto* nomeados...: Manoel Paulo Mereia, Presidente; Conde de Tovar, vice-presidente; A. Botelho da Costa Veiga, Damião Peres, [vogais?]; Ruy de Azevedo, secretário". A nomeação foi imediatamente comunicada aos ilustres académicos. Refira-se que em todo este processo sempre foram incluídos académicos brasileiros, igualmente entusiastas das comemorações. Por todos escreve Pedro Calmon, a 3 de Dezembro, informando que "... os académicos brasileiros vão combinar, dentro do mesmo plano de trabalhos, a colaboração com que pretendem prestigiar as comemorações centenárias". De resto, a relação com o Brasil foi fomentada desde o início da Academia refundada, havendo total reciprocidade de objectivos. Disso é exemplo o officio do governo do Brasil que, a 22 de Setembro, convida o Presidente a participar, no Rio de Janeiro, na cerimónia comemorativa do primeiro centenário da fundação do Instituto Histórico e Geográfico.



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Podemos dizer que o ano de 1939 viu a Academia atingir a sua velocidade de cruzeiro. Os académicos reuniram sistematicamente, quer em Conselho quer em sessões ordinárias. No primeiro caso contam-se 12 reuniões, nas quais sempre se analisou o andamento das publicações a que a Academia se comprometera para as comemorações. A 21 de Março, o Conselho aprovou o modelo de capas a efectuar para as respectivas edições. No que se refere às 13 sessões ordinárias realizadas, todas presididas por António Baião e secretariadas por Afonso de Dornelas, são bem elucidativas do debate de ideias que, desde o seu início, marcou os trabalhos da Academia. Não é este o momento de o fazer, mas seria interessantíssimo analisar, por exemplo, os confrontos entre Ruy de Azevedo e Alfredo Pimenta, bem patentes em várias destas reuniões. Enfim, outros aspectos da vida da Academia ficam retratados, importando agora apenas referir a lista de publicações pronta e anunciada em sessão de 15 de Novembro. Para as Comemorações da Fundação da Nacionalidade prepararam-se as seguintes: *“Documentos Medievais Portugueses*, publicados pelo Dr. Rui Pinto de Azevedo; *Relatório acerca da localização da batalha de Ourique*, pelo Tenente-Coronel Augusto Botelho da Costa Veiga; *As origens do executor testamentário*, pelo Doutor Manuel Paulo Merêa; *Memórias do Mosteiro de Pombeiro*, publicadas pelo Dr. António Baião; *Os forais medievais vimarenenses*, pelo Dr. Alfredo Pimenta; *Memórias do Mosteiro do Paço de Sousa*, publicadas pelo mesmo académico; *Crónica da fundação do mosteiro de S. Vicente de Lisboa*, por Afonso de Dornelas. Comemorativas da Restauração da Independência – *Embaixada do Conde da Vidigueira, Marquês de Nisa – Cartas originais a ele dirigidas pelo Governo português; Cartas dos Governadores da Província do Alentejo a el rei D. João IV e Cartas de Sua Majestade D. João IV*, todas publicadas pelo Dr. Possidónio Mateus Laranjo Coelho; *A Rendição das Guarnições Castelhanas em 1640*, pelo Capitão Gastão de Melo de Matos; *José Pinto Pereira Vedor da Fazenda Geral da Índia e Conselheiro Ultramarino de El-Rei D. João IV*, pelo Capitão Charles Ralph Boxer; *Figuras e Episódios da Restauração*, pelo Dr. António Rodrigues Cavalheiro e por Luiz Pastor de Macedo; *Cartas de D. João IV a D. João da Costa (Conde de Soure)*, pelo Dr. António Rodrigues Cavalheiro; *A Europa e o Domínio Filipino em Portugal*, pelos Drs. António Rodrigues Cavalheiro e Luiz Vieira de Castro; *Gente das Ilhas na Guerra da Restauração*, pelo Dr. João Cabral do Nascimento; *A Acção Diplomática de Portugal no Congresso de Vestefália*, pelo Dr. Eduardo Brasão e *O Brasil e a Restauração de Angola*, pelo Dr. Gustavo Barroso”.

Entretanto, a vida académica continuava a manifestar vitalidade, como se prova na acta da sessão de 4 de Setembro. Por ela podemos constatar que, nesta data, haviam já sido entregues ao Senhor Presidente da República “... os três primeiros volumes publicados... e a medalha comemorativa da sua fundação, por cujo acto ressurgiu a Academia Real da História...”. Na mesma sessão, o Doutor Caeiro da Mata, que presidiu, referiu-se, conforme se pode ler na respectiva *Acta*, “...à forma excepcionalmente significativa como o Senhor Presidente do Conselho de Ministros recebeu exemplares dos mesmos volumes e da sobredita medalha. Igualmente o Senhor Ministro da Educação Nacional teve palavras de muito louvor para



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

a actividade da Academia, motivo que muito o satisfez, porquanto teve a felicidade de ser o seu ressurgidor”. A 23 de Outubro deu-se mais um passo para a normalização da Instituição e seus académicos, ao aprovar-se a existência de um diploma e um bilhete de identidade. Foi esta a última reunião do Conselho, neste ano de 1940, o que só pode encontrar explicação nos muitos afazeres dos respectivos membros, neste período fundamental das Comemorações em que decorreu a grande exposição do Mundo Português (23 de Junho a 2 de Dezembro). Nela estiveram comprometidos muitos académicos, nomeadamente o Secretário Geral, que era director do Pavilhão dos Portugueses no Mundo. Porém, as sessões ordinárias mantiveram o ritmo do ano anterior. Em 1940, o plano de publicações programado, a que foi dada cabal resposta, teve o valor global de 350 contos, sendo editadas as seguintes obras: *Cartas dos Governadores da Província do Alentejo a El-Rei D. João IV*; *Cartas dos Governadores da Província do Alentejo a El-Rei D. João IV e a El-Rei D. Afonso VI*; *Cartas dos Governadores da Província do Alentejo a El-Rei D. Afonso VI (2)*; *Cartas de El-Rei D. João IV para Diversas Autoridades do Reino*; *O Manuscrito de Valentim Fernandes* e *Cartas de El-Rei D. João IV ao Conde da Vidigueira (Marquês de Niza) Embaixador em França*.

E a vida da Academia Portuguesa da História manteve-se dinâmica para além do objectivo primeiro que presidiu à respectiva refundação. Iniciou-se, por determinação estatutária, mantendo-se até à actualidade, a edição de um *Boletim* anual, bem como a publicação sistemática dos *Anais*. Nomearam-se mais Académicos, pediu-se prorrogação de mandato do Conselho, o que seria concedido por Manuel Lopes de Almeida, Sub-Secretário de Estado da Educação Nacional, em 22 de Fevereiro de 1941, surgiram mais projectos, tomaram-se decisões, aprovaram-se outras publicações, nomearam-se comissões, reformularam-se e discutiram-se os Estatutos. Em 1945 foi nomeado novo Presidente – o Doutor Caeiro da Mata. Manteve-se no cargo até 1963, sendo depois substituído por Laranjo Coelho a quem se seguiu, em 1966, Manuel Lopes de Almeida. António Silva Rego ocuparia o cargo em 1972, sendo continuado por Joaquim Veríssimo Serrão entre 1975 e 2006.

São seus Presidentes de Honra, por inerência, os Presidentes da República.

Bibliografia: *Academia Portuguesa de História, Anais, Série I, vols. I- XIV, Lisboa, vv. editores, 1940-1979*; *Academia Portuguesa de História, Anais, Série II, vols. 1- 41, Lisboa, vv. editores, 1966-2003*; *Academia Portuguesa de História, Anais, Série III, vols. 1-3, Lisboa, vv. editores, 2008-2013*. *Academia Portuguesa de História, Boletim, 74 vols, Lisboa, vv. editores, 1938- 2015*. *Academia Portuguesa de História, Collecçam dos documentos, estatutos, e memorias da Academia Real da Historia Portugueza : que neste anno de ... se compuzeraõ, e se imprimiraõ por ordem dos seus Censores, dedicada a elrey nosso senhor, seu augustissimo protector / e ordenada pelo Conde de VillarMayor secretario da mesma Academia, vols.I-17, Lisboa Occidental na Officina de Pascoal da Sylva, Impressor de S. Magestade, e da Academia Real, 1721-1736*. Caeiro, Francisco da Gama, “A história da cultura nacional na Academia

DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Portuguesa da História” in *Anais: cinquentenário da restauração da Academia*, vol. Comemorativo, - Lisboa, APH, 1987, pp. 143-163. Castelo Branco, Fernando “Subsídios para a história da Academia Real da História Portuguesa”, in *Anais*, vol.20, 1971, Lisboa, Academia Portuguesa da História, p.43-68. Costa, Mário Alberto Nunes, “Heurística e historiografia na Academia Real da História Portuguesa”, in *Anais* vol. 41, Lisboa, Academia Portuguesa de História, p. 245-307. Cunha, Norberto, *Elites e académicos na Cultura Portuguesa Setecentista*, Lisboa, INCM, 2000. Faria, António Machado de, “Quarenta anos de actividade académica”, in *O 40º aniversário da Academia Portuguesa da História renascida da Academia Real da História Portuguesa fundada em 1720*, Lisboa, 1977, p.23-34. Mendonça, Manuela, *Academia Real da História Portuguesa – ano primeiro da fundação (1720). Academia Portuguesa de História. António de Vasconcelos, o primeiro Presidente (1937)*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 2015. Mota, Isabel Ferreira da, *A Academia Real da História. Os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no séc.XVIII*, Coimbra. Minerva História, 2003; Serrão, Joaquim Veríssimo, *A historiografia portuguesa. Doutrina e crítica*, vol.I, Lisboa, Ed.Verbo, 1974. Silva, Manuel Teles da, *História da Academia Real da História Portuguesa / Composta por Manoel Telles da Sylva, Marquez de Alegrete, secretario da mesma Academia, e dedicada a ElRey D. João O V nosso Senhor*. - Lisboa Occidental : na officina de Joseph Antonio da Sylva, impressor da Academia Real, 1727.

António da Silva Rêgo



APOIOS:

FCT
Fundação para a Ciência e a Tecnologia

BNP BIBLIOTECA
NACIONAL
DE PORTUGAL

FUNDAÇÃO
LUSO-AMERICANA